

Salários mínimos em 2026: Revisão anual

Mais informações estão disponíveis no site da Eurofound: <https://www.eurofound.europa.eu/pt/publications/all/minimum-wages-in-2026-annual-review>

Este documento foi traduzido automaticamente. O documento original está disponível em inglês. Para mais informações, consulte a política linguística da Eurofound.

Introdução

Todos os Estados-Membros da UE possuem salários mínimos, mas dois principais tipos de sistema podem ser distinguidos: a maioria dos Estados-Membros (22) possui um salário mínimo nacional, estabelecendo um piso salarial universal além daqueles que podem ser negociados pelos parceiros sociais; 5 Estados-Membros (e a Noruega) não possuem alíquota legal legal e múltiplos pisos salariais são definidos por meio de negociação coletiva entre parceiros sociais para diversas ocupações e, em particular, setores.

Contexto da política

A Diretiva (UE) 2022/2401 sobre salários mínimos adequados na União Europeia (Diretiva do Salário Mínimo), aprovada em 2022, estabelece um marco comum para a definição de salários mínimos adequados (estatutários), promove a negociação coletiva sobre a definição salarial e busca garantir o acesso efetivo dos trabalhadores aos seus direitos à proteção do salário mínimo, quando tal proteção está prevista em legislação nacional e/ou acordos coletivos. Os Estados-membros foram obrigados a transpor a diretiva em seus regulamentos nacionais até 15 de novembro de 2024, e a maioria já o fez (pelo menos parcialmente) até o final de 2024. Em 2023, a Dinamarca (apoiada pela Suécia) entrou com uma ação para anulação total ou parcial da diretiva perante o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). A decisão, em novembro de 2025, confirmou a validade das disposições mais significativas da Diretiva sobre Salário Mínimo, embora tenha exigido a eliminação da lista de elementos específicos entre os critérios nacionais usados para definir salários mínimos.

Principais descobertas

Taxas de salário mínimo em 2026

- As taxas brutas do salário mínimo nacional aumentaram entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026 em 21 dos 22 Estados-Membros que possuem salário mínimo nacional, sendo a Romênia o único em que a taxa permaneceu inalterada (embora um aumento de 7% tenha sido implementado em julho durante a edição deste relatório). Como em anos anteriores, os aumentos mais significativos ocorreram principalmente nos Estados-Membros da Europa Central e Oriental, que continuam sua dinâmica de convergência ascendente: Eslovênia (16%), Bulgária, Eslováquia, Lituânia e Hungria (cerca de 12% ou 11%) e Croácia e Tchêquia (cerca de 8%). Aumentos superiores a 8% também foram aplicados em Chipre e Alemanha (em Chipre, o salário mínimo foi congelado em 2025, já que as revisões do nível nacional do salário mínimo ocorrem a cada dois anos).
- A magnitude média dos aumentos deste ano nas taxas nominais do salário mínimo nacional nos Estados-Membros está apenas ligeiramente abaixo da do ano passado, enquanto os níveis de inflação foram significativamente menores em janeiro de 2026 do que em janeiro de 2025, o que resultou em ganhos de poder de compra entre os trabalhadores com salário mínimo em todos os Estados-Membros, exceto na Romênia.
- Como os aumentos de preços haviam retornado aos níveis normais na época dos aumentos deste ano, em janeiro de 2026, a Diretiva do Salário Mínimo (e não a inflação) parece ter sido um fator que impulsionou os aumentos do salário mínimo, já que muitos Estados-Membros buscavam garantir que suas taxas nominais atingissem um certo valor expresso em relação aos salários médios/medianos. Isso estava em linha com a exigência da diretiva de que eles 'utilizassem valores de referência indicativos para orientar sua avaliação de adequação'.
- O índice de Kaitz (a razão entre o salário mínimo e o salário médio) aumentou na última década na maioria dos Estados-Membros, o que significa que os salários mínimos nacionais cresceram mais do que a média durante esse período.
- Os sistemas de impostos e benefícios podem levar a diferenças significativas entre a alíquota bruta do salário mínimo e o salário líquido líquido (a taxa líquida do salário mínimo). Em 2025, a alíquota tributária para os trabalhadores com salário mínimo (incluindo imposto de renda pessoal e contribuições para o seguro social dos empregados, e menos benefícios) variou de menos de 5% em Malta, Bélgica e Luxemburgo até mais de 30% na Romênia, Hungria e Eslovênia.

Transposição da Diretiva do Salário Mínimo

- Após o prazo de transposição em 2024, vários Estados-Membros implementaram pela primeira vez em 2025 os novos procedimentos sob seus novos regulamentos que transpõem a Diretiva do Salário Mínimo. No entanto, em termos do processo, isso não levou a mudanças significativas, e os salários mínimos para 2026 foram em grande parte definidos seguindo o mesmo manual dos anos anteriores, por meio de consulta ou deliberação dos mesmos atores.

-

Devido à decisão pendente do TJUE sobre a validade da Diretiva do Salário Mínimo, os processos de transposição em muitos Estados-Membros estagnaram durante 2025, especialmente aqueles que não haviam aprovado leis antes do prazo de 2024. A exceção notável foi a Holanda, que aprovou um projeto de lei para transpor a diretiva no início de 2026.

- O efeito da diretiva na definição dos salários mínimos pôde ser claramente visto nos aumentos de 2026. A maioria dos Estados-Membros utilizou algum tipo de valor de referência indicativo ao definir os salários mínimos para 2026.

Efeitos na negociação coletiva

- A julgar pelo banco de dados da Eurofound sobre salários mínimos para trabalhadores de baixa remuneração em acordos coletivos, os salários mínimos nacionais estão cada vez mais alcançando os mínimos salariais acordados coletivamente. Isso frequentemente resulta na compressão das escalas salariais negociadas por parceiros sociais na parte inferior da distribuição salarial, o que pode limitar sua capacidade de negociar níveis salariais significativamente mais altos para funcionários com mais experiência e habilidades. Isso é observado em todos os setores de baixa remuneração cobertos pelo banco de dados, embora a escassez de mão de obra possa, às vezes, mitigar o efeito em alguns setores.
- Observar acordos individuais revela que os salários mínimos nacionais influenciam e alteram cada vez mais os resultados da negociação coletiva. Os efeitos observados incluem taxas salariais acordadas coletivamente vinculadas aos salários mínimos nacionais por meio de disposições em acordos coletivos e um foco maior em benefícios não salariais.

Dicas de políticas

- A Diretiva do Salário Mínimo emergiu como um fator importante que orienta a definição legal do salário mínimo, já que um número crescente de Estados-Membros está utilizando seus valores de referência indicativos ao decidir seus aumentos salariais. A decisão do TJUE dificilmente mudará isso, já que a menção a esses valores de referência não foi afetada.
- A lista de elementos a serem incluídos entre os critérios nacionais para a definição do salário mínimo foi anulada pela decisão do TJUE. Resta saber se os Estados-Membros que já os incluíram em seus processos decidirão mantê-los em vigor.
- Em conformidade com as disposições da diretiva para Estados-Membros com taxas de cobertura de negociação coletiva abaixo de 80%, medidas para aprimorar a negociação coletiva e os primeiros planos de ação para promovê-la começaram a surgir em 2025. Após a decisão do TJUE, que confirma a validade das disposições sobre a promoção da negociação coletiva, é importante que os Estados-Membros fortaleçam ativamente o papel dos parceiros sociais e promovam uma negociação coletiva eficaz.

-

Tensões globais, como a atual crise do Estreito de Ormuz, e seu impacto nos níveis de preços determinarão parcialmente até que ponto a tendência dos salários mínimos em termos reais descrita neste relatório se manterá no restante de 2026. Durante a crise do custo de vida nos anos de 2022–2024, os governos intervieram para proteger o poder de compra entre os trabalhadores com salário mínimo, em muitos casos aumentando o salário mínimo nacional no meio do ano. Na Bélgica, uma indexação automática do salário mínimo já foi acionada, em abril de 2026.